

CONTRATO N.º 009/2018-SMT. GAB

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, representada pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT.

CONTRATADA: AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S.A.

OBJETO: Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo.

PROCESSO: 2018-0.020.343-4

Aos 04 dias do mês de maio do ano de 2018, pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT**, inscrita no CNPJ/MF n.º 46.392.155/0001-11, neste ato representada pelo **Sr. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO**, Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S.A.**, com sede na Rua Nestor de Barros, 289, Vila Santo Estevão, cidade de São Paulo, cadastrada no CNPJ sob nº 08.405.256/0001-90, por seus representantes legais, ao final nomeados e qualificados, doravante designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização constante no respectivo despacho autorizatório, têm entre si justo e firmado o presente Contrato Emergencial, nos termos e condições a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato é firmado com fundamento no artigo 6º, § 2º da Lei Municipal nº 13.241/01, de 12 de dezembro de 2001, no Decreto Municipal nº 58.200, de 19 de abril de 2018, no que couber, e demais normas aplicáveis, notada e especialmente as Leis Federais nº 8.987/95, de 13 de fevereiro de 1995 e alterações, Lei nº. 8666/93 de 21 de junho de 1993, inciso IV, do artigo 24, e alterações, bem como nos demais preceitos legais aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Contrato é a delegação dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros na Área 4 com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo:

2.1.1. Serviço de Operação de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, no Subsistema Estrutural na Área de Operação nº 4;

2.1.2. Serviço de Operação de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros em parcela do Subsistema Local, na correspondente área referida no subitem 2.1.1, nos termos da legislação aplicável; e

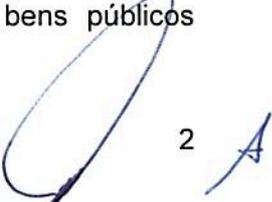


2.1.3. Participação no Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Área Central.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

- 3.1. Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal a determinação dos reajustes tarifários, nos termos da Lei Orgânica do Município.
- 3.2. Compete à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, ou a quem ela ou lei específica o delegar, o estabelecido na Lei Municipal nº 13.241/01 e demais normas regulamentares aplicáveis.
- 3.3. Compete à São Paulo Transporte S/A:
 - 3.3.1. Editar normas operacionais, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;
 - 3.3.2. Compor e/ou arbitrar conflitos entre contratadas dos Sistemas Estrutural e Local, usuários e Poder Público;
 - 3.3.3. Coordenar, supervisionar e fiscalizar os serviços de transporte coletivo de passageiros prestados;
 - 3.3.4. Aplicar penalidades por descumprimentos de obrigações contratuais, nos termos do seu Estatuto Social (art. 3º, § 2º, VII), do Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, do artigo 29 da Lei Municipal nº 13.241/01, bem como das demais legislações e normativos aplicáveis;
 - 3.3.5. Coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos, não permitidos, não autorizados e/ou não contratados pelo Poder Público;
 - 3.3.6. Garantir a observância dos direitos dos usuários e demais agentes afetados pelo serviço de transporte sob seu controle, reprimindo eventuais infrações;
 - 3.3.7. Aprovar a revisão do valor da remuneração, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, quando for o caso;
 - 3.3.8. Acompanhar o desenvolvimento tecnológico e organizacional dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros e de outras atividades que os afetem, opinando quanto à viabilidade e às prioridades técnicas, econômicas e financeiras dos projetos pertinentes ou afetos ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros;
 - 3.3.9. Definir parâmetros e padrões técnicos para a prestação de serviço adequado;
 - 3.3.10. Opinar sobre a instalação e o funcionamento de serviços na faixa de domínio e na área *non aedificandi* da malha viária, definir os padrões operacionais e manifestar-se sobre os preços devidos pela utilização dos bens públicos afetados aos serviços de transporte coletivo de passageiros;



2 

- 3.3.11. Zelar pela contínua preservação das condições de manutenção dos bens inerentes à prestação dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros;
 - 3.3.12. Promover, pesquisas, levantar dados e elaborar estudos para subsidiar suas decisões e as do Poder Público;
 - 3.3.13. Subsidiar o Poder Executivo Municipal na definição da política tarifária, realizando os estudos técnicos, econômicos e financeiros necessários;
 - 3.3.14. Disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços prestados; e
 - 3.3.15. Gerir as receitas e pagamentos comuns aos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros. Para tanto, poderá emitir os correspondentes créditos de viagens e comercializá-los, direta ou indiretamente, exercendo o efetivo controle sobre a utilização desses.
- 3.4. Compete à **CONTRATANTE** autorizar cisão, fusão e/ou transferência de controle acionário da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS

- 4.1. A descrição do Sistema e seu funcionamento é objeto do Anexo I - Introdução ao Sistema Integrado, parte integrante deste Contrato.
- 4.2. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com a lei e atos normativos expedidos pelo Poder Público, que deverão ser considerados como cláusulas contratuais.

DAS LINHAS:

- 4.3. As linhas serão operadas na forma prevista na Ordem de Serviço Operacional – OSO.
- 4.4. A **CONTRATADA**, as concessionárias das demais áreas do Subsistema Estrutural e as contratadas do Subsistema Local deverão articular-se, sob a coordenação da **CONTRATANTE**, para garantir a integração operacional entre as linhas estruturais e locais.
- 4.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a operar linhas que compõem a chamada “Rede da Madrugada”, garantindo o atendimento quando assim determinado pela SPTrans.
 - 4.5.1. Essas linhas estão descritas no Anexo II - Descrição dos Serviços e Anexo VIII - Rede de Linhas da Madrugada com Operação Controlada.
- 4.6. As características físicas e operacionais das linhas previstas para a operação estão descritas no Anexo II - Descrição dos Serviços.



3 

- 4.7. A **CONTRATADA** poderá propor, para prévia aprovação da **CONTRATANTE**, alterações nas linhas ou condições de prestação dos serviços, objeto deste Contrato.
- 4.7.1. Quando a proposta de alteração ou criação de linhas envolver mais de uma Área de Operação ou a Área Central, o pleito será analisado após consulta aos envolvidos;
- 4.7.2. A população em geral e os usuários deverão ser informados de qualquer modificação nas linhas ou na forma de prestação dos serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- 4.8. A **CONTRATADA** poderá prestar serviços complementares na sua respectiva área de atuação, desde que previamente autorizados pela **CONTRATANTE**.
- 4.8.1. O número de veículos destinados à prestação do serviço complementar mencionado no item supra é limitado a 20% (vinte por cento) da sua frota.

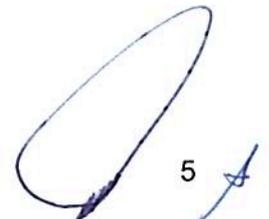
DAS GARAGENS:

- 4.9. As características físicas das garagens deverão estar de acordo com as especificações contidas em Manual de Infraestrutura Básica de Garagem, elaborado e atualizado pela **CONTRATANTE**, conforme Anexo III - Infraestrutura Básica da Garagem.
- 4.10. Os elementos da infraestrutura básica da garagem, assim como a documentação legal para seu funcionamento, serão verificados, quando necessário, segundo critérios e metodologia definidos em procedimento específico elaborado e atualizado pela **CONTRATANTE**, conforme Anexo III - Infraestrutura Básica da Garagem.
- 4.11. Sempre que necessárias, as atualizações dos Manuais, Anexos e/ou Procedimentos serão feitas, a critério exclusivo da **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será informada previamente às suas efetivações. Desta forma, as versões atualizadas destes documentos estarão disponíveis para consulta no "site" www.sptrans.com.br.
- 4.12. As atualizações, quando cabíveis, serão motivadas por implantação de novas tecnologias (veículos e/ou equipamentos da garagem), por exigências legais ou por eventuais ajustes que visem melhoria da qualidade dos serviços.
- 4.13. Independentemente de prazos concedidos para regularização de eventuais pendências, a **CONTRATADA** responderá, exclusivamente, civil e criminalmente, por quaisquer incidentes ou acidentes que venham a ocorrer.
- 4.14. A **CONTRATADA** se obriga a utilizar garagem(ns) pública(s), cujos quantitativo(s) e valor(es) de aluguel(res) estão discriminados no Anexo VII – Bilhetagem Eletrônica (Processo de Arrecadação e Pagamento - Política Tarifária e Remuneração).

DOS VEÍCULOS:



- 4.15. Os veículos para operação no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo deverão apresentar características que atendam integralmente às Normas Brasileiras NBR-15570. Para fabricação dos veículos, NBR-14022, NBR-15646, Portaria INMETRO nº 260, Decreto Federal nº 5296/04 e demais documentos técnicos legais pertinentes, referentes à acessibilidade nesses veículos.
- 4.16. Além do atendimento às normas técnicas e legislações, conforme descrito no item supra, os veículos deverão apresentar os parâmetros definidos no Manual dos Padrões Técnicos da **CONTRATANTE**, conforme Anexo IV - Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos, parte integrante deste Contrato.
- 4.17. Para movimentação da frota no Sistema de Transporte, inclusão/exclusão de veículos, a **CONTRATADA** deve obedecer aos critérios e metodologias dispostos em procedimento específico elaborado e atualizado pela **CONTRATANTE**, conforme Anexo IV - Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos.
- 4.18. A **CONTRATADA** terá seus processos de manutenção auditados e sua frota inspecionada de acordo com procedimentos específicos da **CONTRATANTE**.
- 4.19. As exigências referentes ao atendimento de normas técnicas e dos demais documentos legais relativos aos padrões tecnológicos, ambientais e de acessibilidade, Procedimentos de Inspeção, de Auditoria de Processos de Manutenção, suas associações com os tipos específicos de linhas, estão contidas no Anexo IV - Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos.
- 4.19.1. Sempre que necessárias, as atualizações dos Manuais, Anexos e/ou Procedimentos serão feitas, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, e a **CONTRATADA** será informada previamente às suas efetivações. Desta forma, as versões atualizadas destes documentos estarão disponíveis para consulta no "site" www.sptrans.com.br.
- 4.19.2. As atualizações, quando cabíveis, serão motivadas por implantação de novas tecnologias (veículos e/ou equipamentos da garagem), por exigências legais ou por eventuais ajustes visando a melhoria da qualidade no resultado do processo.
- 4.20. A frota que iniciará a operação deverá vir, obrigatoriamente, equipada com catraca e validador eletrônico, cuja especificação técnica e quantidade é objeto do Anexo V - Infraestrutura para Bilhetagem Eletrônica.
- 4.20.1. A frota deverá, ainda, possuir, obrigatoriamente, equipamentos (*Automatic Vehicle Location*), fornecidos por empresas homologadas pela São Paulo Transporte S/A e de acordo com especificações técnicas por ela definidas.
- 4.21. A frota que vier a ser adquirida após a assinatura deste Contrato, além do contido no subitem supra, deverá vir preparada para receber acessórios, cujas especificações técnicas encontram-se dispostas no Anexo V - Infraestrutura para Bilhetagem Eletrônica, parte integrante deste Contrato.



5

- 4.22. É vedada a qualquer tempo a inclusão e a prestação dos serviços com veículo cuja idade de fabricação do chassi seja superior a 10 (dez) anos, observadas as disposições contidas no Anexo IV, parte integrante deste Contrato.
- 4.23. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, no mínimo, 1 (um) veículo guincho por garagem. Este veículo deverá ser equipado com tomada de ar comprimido e elétrica, giroflex, radiocomunicação, EPI's, ferramentas e dispositivos necessários para o desenvolvimento das atividades de atendimento de socorro.
- 4.24. O guincho deverá ter características técnico/funcionais que atendam às operações de arraste e de içamento de qualquer dos tipos de veículos operacionais do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Cidade de São Paulo. Essas operações deverão ser realizadas normalmente do local aonde tenha ocorrido o defeito gerador da solicitação do serviço de guinchamento até as instalações da garagem da operadora do veículo avariado, ou até o local informado ao operador do guincho, dentro do Município de São Paulo.
- 4.24.1. A disponibilidade do Guincho para a operação deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato.
- 4.24.2. A idade máxima admitida para o veículo e seus acessórios é de 10 (dez) anos.
- 4.24.3. O guincho poderá ser requisitado pela **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério, para fazer parte de "pool" desses tipos de veículos a serem colocados em locais estratégicos dentro da área de operação da **CONTRATADA**. Os serviços do guincho poderão ser solicitados para atendimento a qualquer ônibus do Sistema de Transporte Urbano que estiver alocado em sua área de operação.
- 4.25. A **CONTRATADA** deverá atender às determinações da **CONTRATANTE** referentes à composição da frota operacional quanto ao que estabelece a Lei Municipal nº 14.933/09, em vista da substituição do combustível óleo diesel de petróleo por outro(s) de origem não fóssil e de fonte renovável e/ou da substituição de veículos movidos por motor de combustível interna por outros de tração elétrica.
- 4.26. Com referência à operação de corredores de transporte, a **CONTRATADA** responsável pelo serviço deverá atentar para as exigências da **CONTRATANTE**, particularmente quanto às obrigações resultantes das imposições dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores das políticas voltadas à preservação do meio ambiente. Assim sendo, a frota destinada a essa operação deverá ter em sua composição veículos com tecnologia que atendam às determinações dos citados órgão ambientais.
- 4.27. A **CONTRATADA** deverá promover evolução tecnológica de garagens, equipamentos, sistemas e veículos, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente.
- 4.28. A **CONTRATADA** deverá utilizar veículos cujas características de acessibilidade estejam de acordo com a legislação vigente.

OUTROS:

  6 

4.29. A **CONTRATADA** deverá cumprir as determinações da **CONTRATANTE** para atendimento de Operações Especiais;

4.29.1. Define-se como 'Operações Especiais' o atendimento a eventos pré-programados, tais como: "Operação Fórmula Um", "Operação Carnaval", e Serviços Especiais.

CLAUSULA QUINTA – DA INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE ACESSO À INTERNET

5.1 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os veículos vinculados ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para instalação de dispositivo sem fio de acesso gratuito à internet, pelas empresas autorizadas junto à São Paulo Transporte – SPTrans, nos termos da Portaria n.º 112/15–SMT.GAB e do regulamento para disponibilização de acesso sem fio (Wi- Fi) – Anexo IX, e demais normas editadas pela **CONTRATANTE** e pela São Paulo Transporte S.A.

5.1.1 A disponibilização gratuita de sinal de internet aos usuários do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros deverá atender, também, às especificações e critérios definidos pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT e pela São Paulo Transporte S.A.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES DA CONTRATADA

6.1. Constitui obrigação da **CONTRATADA** prestar o serviço contratado de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposições estabelecidas na Lei Municipal nº 13.241/01 e alterações, na Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, no Decreto Municipal nº 58.200, de 19 de abril de 2018, no que couber, nos regulamentos, nos anexos deste Contrato e demais normas regulamentares aplicáveis, em especial:

6.1.1. Prestar todas as informações solicitadas pela **CONTRATANTE**, atendendo às exigências, recomendações e observações;

6.1.2. Cumprir e fazer cumprir integralmente este Contrato, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e ainda, as determinações da **CONTRATANTE**, editadas a qualquer tempo;

6.1.3. Fornecer à **CONTRATANTE** os resultados contábeis, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle e fiscalização, atendendo aos prazos e formas de apresentação fixados pela **CONTRATANTE**, respeitados, quando houver, os prazos legais;

6.1.4. Cumprir as normas de operação e arrecadação, inclusive as atinentes à cobrança de tarifa.

6.1.4.1. A **CONTRATADA** é responsável pela operacionalização e custeio da comercialização de viagens quando feitas no veículo;



7

- 6.1.5. Operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pelo operador, a **CONTRATANTE** ou o Poder Público;
- 6.1.6. Dispor de frota, equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais, de modo a permitir a perfeita execução dos serviços, nos termos deste Contrato e seus anexos.
- 6.1.6.1. Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes;
- 6.1.6.2. Adequar a frota às necessidades do serviço, obedecidas as normas fixadas pela **CONTRATANTE**;
- 6.1.7. Dispor de garagem(ns), nos termos do Anexo III - Infraestrutura Básica da Garagem, que atenda(m) a todos os requisitos legais e que permita(m) a perfeita execução dos serviços;
- 6.1.8. Adotar providências necessárias à garantia do patrimônio público, do sistema viário, dos terminais e à segurança e integridade física dos usuários;
- 6.1.9. Promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade dos serviços e a preservação do meio ambiente;
- 6.1.10. Responder pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais, regulamentares e legais relacionadas aos cronogramas, materiais, equipamentos, projetos e instalações;
- 6.1.10.1. A aprovação, pela **CONTRATANTE**, de cronogramas, materiais, equipamentos, projetos e instalações apresentados não exclui a responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais, regulamentares e legais;
- 6.1.11. Responder, perante a **CONTRATANTE** e terceiros, pelos serviços prestados;
- 6.1.12. Atender e fazer atender, de forma adequada, o público em geral e os usuários em particular, garantindo a segurança e a integridade física dos usuários;
- 6.1.13. Manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens necessários à prestação dos serviços previstos neste Contrato;
- 6.1.14. Responder, perante a **CONTRATANTE** e terceiros, por todos os atos e eventos de sua responsabilidade/competência;

- 6.1.15. Ressarcir a **CONTRATANTE** de todos os desembolsos decorrentes de danos causados a terceiros, sejam pessoais, patrimoniais ou morais e ainda, de determinações judiciais para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à **CONTRATADA**, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à **CONTRATADA**, sendo permitido, inclusive, compensar respectivos valores nos repasses efetuados à **CONTRATADA**;
- 6.1.16. Informar, à **CONTRATANTE**, imediatamente quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilização da **CONTRATANTE**, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- 6.1.17. Executar serviços, programas de gestão e treinamento de seus empregados objetivando aumentar a segurança no transporte e a comodidade dos usuários;
- 6.1.18. Manter a **CONTRATANTE** informada sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira;
- 6.1.19. Elaborar e implementar atendimento a situações de emergência, mantendo disponíveis, para tanto, todos os recursos necessários;
- 6.1.20. Acatar medidas determinadas pelos responsáveis investidos de autoridade, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;
- 6.1.21. Adotar o Índice de Qualidade do Transporte – IQT – Anexo VI - Procedimentos de Avaliação dos Serviços e Índices;
- 6.1.22. Zelar pela proteção do meio ambiente;
- 6.1.23. Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e agentes, bem como de suas contratadas, relacionadas ao objeto deste Contrato, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições que forem exigidos e o porte de crachá, instruindo-os a prestar apoio à ação da autoridade;
- 6.1.24. Cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados e terceirizados;
- 6.1.25. Fornecer à **CONTRATANTE** todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto desta contratação, permitindo a fiscalização e o livre acesso aos equipamentos e instalações integrantes dos serviços e a realização de auditorias;
- 6.1.26. Responder por eventuais desídias e faltas quanto às obrigações decorrentes deste Contrato;

- 6.1.27. Apresentar periodicamente à **CONTRATANTE** a comprovação de regularidade das obrigações previdenciárias, tributárias, fundiárias e trabalhistas;
- 6.1.28. Na hipótese de deficiências no Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, decorrentes de caso fortuito ou força maior, a prestação do serviço poderá ser atribuída a outros operadores que responderão por sua continuidade, nos termos do Decreto Municipal nº 58.200/18;
- 6.1.29. Atender às instruções transmitidas para o PAESE – Plano de Apoio entre Empresas de Transporte Frente à Situação de Emergência;
- 6.1.30. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições a que se refere o artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, bem como a Lei nº 13.241/01;
- 6.1.31. A **CONTRATADA** deverá observar os procedimentos operacionais para liquidação dos valores de remuneração, conforme descrito no Anexo VII - Bilhetagem Eletrônica (Processo de Arrecadação e Pagamentos), Política Tarifária e Remuneração;
- 6.1.32. Operar as linhas nas condições atuais, com as características operacionais autorizadas e a frota equivalente, existentes na data da assinatura deste Contrato;
- 6.1.33. Apresentar, à **CONTRATANTE**, por ocasião da expedição do "CONDUBUS", a comprovação formal de vínculo empregatício entre a **CONTRATADA** e todos os empregados operacionais que prestarem os serviços descritos neste Contrato;
- 6.1.34. A **CONTRATADA** poderá propor à **CONTRATANTE** a inserção no Sistema de novos equipamentos e procedimentos para melhoria no desempenho, no atendimento, nos custos e no rendimento da prestação dos serviços e na preservação do meio ambiente;
- 6.1.35. Atender às determinações da **CONTRATANTE** referente à composição da frota operacional quanto ao que estabelece a Lei Municipal nº 14.933/09, em vista da substituição do combustível óleo diesel de petróleo por outro(s) de origem não fóssil e de fonte renovável e/ou da substituição de veículos movidos por motor de combustão interna por outros de tração elétrica;
- 6.1.36. Com referência à operação de corredores de transporte, deverá atentar para as exigências da **CONTRATANTE**, particularmente quanto às obrigações resultantes das imposições dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores das políticas voltadas à preservação do meio ambiente. Assim sendo, a frota destinada a essa operação deverá ter em sua composição veículos com tecnologia que atenda às determinações dos citados órgão ambientais;
- 6.1.37. Deverá promover a evolução tecnológica de garagens, equipamentos, sistemas e veículos com vistas a assegurar a melhoria da qualidade dos serviços e a preservação do meio ambiente.




10 

- 6.1.38. Cumprir as normas e os requisitos previstos no regulamento próprio e na Portaria n.º 112/15–SMT.GAB para disponibilização de acesso sem fio (Wi-fi) gratuito à internet, aos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, por meio de equipamentos de bilhetagem eletrônica em operação.
- 6.1.39. Garantir as especificações técnicas e funcionais exigidas dos equipamentos AVL (*Automatic Vehicle Location*) instalados nos veículos, realizando manutenção e validação dos mesmos junto à SPTrans conforme periodicidade estabelecida pela mesma.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O não cumprimento das cláusulas deste Contrato, de seus Anexos e das normas e regulamentos editados pela **CONTRATANTE** ensejará a aplicação das seguintes penalidades, respeitados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções previstas em dispositivos legais e regulamentares da **CONTRATANTE**:

7.1.1. Advertência:

7.1.1.1. Para infrações de gravidade leve e sem reincidência, a penalidade imposta pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** poderá se limitar à advertência, que deverá ser formal (por escrito) e com referência às medidas necessárias à correção do descumprimento.

7.1.2. Multa:

7.1.2.1. A multa poderá ter aplicação cumulativa com as demais sanções previstas no Contrato.

7.1.2.2. Sem prejuízo de regulamentação específica expedida pela **CONTRATANTE**, pelo não atendimento aos padrões de qualidade, eficiência e segurança, será aplicada multa em virtude do descumprimento ou do atraso no cumprimento das obrigações estatuídas no presente Contrato, sem justificativa formalmente aceita pela **CONTRATANTE**, conforme segue:

7.1.2.2.1. Item 4.9:

7.1.2.2.1.1. Multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações;

7.1.2.2.1.2. Rescisão do Contrato após 30 dias de atraso sem que tenham sido tomadas as providências necessárias para o cumprimento das obrigações.

7.1.2.2.2. Itens 4.15, 4.23, 4.26 e 4.27:



- 7.1.2.2.2.1. Multa diária de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais, por veículo, por até 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações;
- 7.1.2.2.2.2. Multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por veículo, após 30 (trinta) dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento das obrigações.
- 7.1.2.2.3. Item 7.1:
 - 7.1.2.2.3.1. Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por veículo, até o limite de 5 (cinco) dias de atraso no cumprimento das obrigações;
 - 7.1.2.2.3.2. Rescisão do Contrato no caso de ultrapassado o prazo estipulado no item superior.
- 7.1.2.2.4. Pelo descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula Sexta poderão ser aplicadas as seguintes multas, a critério da **CONTRATANTE**, mediante decisão devidamente fundamentada, isolada ou cumulativamente, a saber:
 - 7.1.2.2.4.1. Multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos) reais para as infrações consideradas médias e enquanto perdurar o descumprimento das obrigações;
 - 7.1.2.2.4.2. Multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para as infrações consideradas graves, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações.
 - 7.1.2.2.4.3. Rescisão do Contrato, após o decurso do prazo estipulado no item supra, sem o cumprimento das obrigações.
 - 7.1.2.2.4.4. A infração será considerada leve quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da **CONTRATADA** e da qual ela não se beneficie;
 - 7.1.2.2.4.5. A infração será considerada de média gravidade quando decorrer de conduta inescusável, mas que não traga a **CONTRATADA** qualquer benefício ou proveito, nem afete número significativo de usuários.



7.1.2.2.4.6. A infração será considerada grave quando a **CONTRATANTE** constatar presente um dos seguintes fatores:

a) Ter a **CONTRATADA** agido com má-fé;

b) Da infração decorrer benefício direto ou indireto para a **CONTRATADA**;

c) A **CONTRATADA** for reincidente na infração;

d) O número de usuários atingido for significativo para a respectiva localidade.

7.1.2.2.4.7. Multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no caso da não disponibilização do guincho, nos termos da Cláusula Quarta – Subitem 4.24.1.

7.1.2.2.4.8. Pelo descumprimento de quaisquer outros deveres ou obrigações contratuais assumidas neste Contrato não citadas nas cláusulas anteriores será aplicada a multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia e/ou por ocorrência.

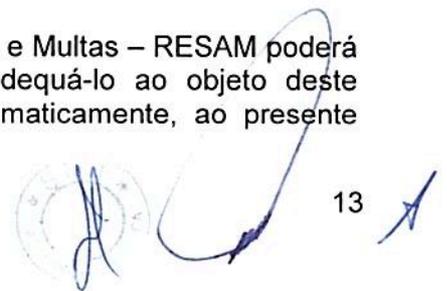
7.1.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.1.3.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração dar-se-á no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, incluindo aquelas que ensejam a rescisão unilateral do Contrato por culpa da **CONTRATADA**, além de situações previstas na legislação e regulamentação aplicável.

7.2. O desatendimento das metas e prazos mínimos avançados poderá implicar na redução da remuneração, mediante prévia notificação da **CONTRATADA**.

7.3. No Regulamento de Sanções e Multas – RESAM editado pela Secretaria Municipal de Transportes são tratadas as infrações de caráter operacional e as respectivas penalidades, observadas as modalidades dispostas no artigo 35 da Lei n. 13.241/01.

7.3.1. Sempre que necessário, o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM poderá ser revisto pela **CONTRATANTE**, para melhor adequá-lo ao objeto deste contrato, cujas atualizações incorporar-se-ão, automaticamente, ao presente Contrato.



- 7.4. Compete à Secretaria Municipal de Transportes editar o ato normativo de que trata o subitem anterior, visando disciplinar o procedimento de aplicação de penalidades devendo, entretanto, observar a necessidade de prévia notificação e a constituição de duplo grau de julgamento, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO INÍCIO DA OPERAÇÃO

- 8.1. A operação dos serviços terá início às 00hs do dia 06 de maio de 2018, de acordo com a respectiva Ordem de Serviço Operacional – OSO emitida na mesma data, que passa a fazer parte integrante deste Contrato.
- 8.2. A frota deverá, obrigatoriamente, estar equipada, para início da operação com catraca, validador eletrônico e AVL (*Automatic Vehicle Location*), atendendo as especificações da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA NONA - DA REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS

- 9.1. Nos serviços regulares, a remuneração diária dos operadores será calculada através da seguinte fórmula:

$$R_n = RP \times D + \text{Noturno}$$

onde:

R_n - Remuneração diária do dia de operação n

RP – Remuneração por passageiro, de valor igual a R\$ 5,2077

D – Demanda de passageiros catracados no dia de operação n

Noturno – Remuneração do Serviço Noturno

- 9.1.1. O valor da remuneração por passageiro inclui complemento para motorista de trólebus e articulado.
- 9.1.2. A remuneração das Linhas da Madrugada com Operação Controlada, denominada Noturno, será calculada conforme aumento dos custos operacionais em relação às Ordens de Serviço antes da implantação, descontando-se a remuneração recebida pelo eventual acréscimo de demanda, em relação à demanda da madrugada anteriormente transportada.
- 9.1.3. A remuneração das Linhas da Madrugada com “Operação Controlada”, denominada Noturno, encontram-se detalhadas no Anexo de Política Tarifária e Remuneração.
- 9.2. O prazo de pagamento da remuneração será de até 05 dias úteis após a prestação do serviço.
- 9.2.1. O não atendimento das condições previstas ensejará a aplicação da atualização financeira de acordo com a variação do IPC-FIPE, aplicado “*pro rata temporis*”, em cumprimento aos termos do artigo 40, inciso XIV, letra “c” combinado com o artigo 55, inciso III, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme a seguinte fórmula:



$$VAF = V \times \left\{ \left[\left(\frac{I_R}{I_0} \right)^{\frac{1}{n}} \right]^{n1} - 1 \right\}$$

VAF – Valor da Atualização Financeira.

V – Valor do faturamento líquido (exclui pagamento em pecúnia e retenções contratuais).

I_R – Número índice do IPC-FIPE vigente no mês anterior ao efetivo pagamento

I_0 – Número índice do IPC-FIPE vigente no mês anterior ao do vencimento do faturamento; ou, no caso do mês do vencimento coincidir com o mês do pagamento:

I_0 – Número índice do IPC-FIPE vigente no segundo mês anterior ao do vencimento do faturamento.

n – Número de dias decorridos entre o último dia do mês do I_0 e o último dia do mês do I_R .

$n1$ – Número de dias entre o vencimento do faturamento e o de seu efetivo pagamento.

- 9.2.2. A CONTRATADA não fará jus a atualização indicada no item anterior na hipótese em que tenha dado causa ao atraso no pagamento.
- 9.3. A forma de prestação de contas e de disposição de contas da CONTRATADA e os procedimentos operacionais para liquidação dos valores de remuneração estão descritos nos anexos do Contrato.
- 9.4. O número de passageiros transportados é aquele transmitido pelo Sistema Gerenciador de Garagem – SGG, registrado e apurado pela Bilhetagem Eletrônica da SPTrans, sendo desconsiderada qualquer outra forma de apuração.
- 9.4.1. Cabe a empresa a responsabilidade da transmissão das informações, mantendo a infraestrutura de validadores e comunicação de dados em perfeito estado de funcionamento.
- 9.3.2. No cômputo desses passageiros não serão considerados aqueles oriundos de cartões funcionais.
- 9.5. As receitas extratarifárias identificadas no curso da execução do contrato deverão observar as disposições dos artigos 17, 18 e 19 do Decreto Municipal nº 58.200/18.
- 9.6. Serão descontados da remuneração devida à Contratada quaisquer valores que sejam devidos pelo operador, por força deste ou de outros contratos.
- 9.7. Será descontado da remuneração devida à **CONTRATADA** o valor correspondente à energia de tração, relativamente à utilização da frota pública de Trólebus.
- 9.7.1. Para fins do cálculo do desconto do valor correspondente à energia elétrica de tração, será estimado o valor correspondente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por dia útil
- 9.7.2. Após o recebimento das contas de energia, será efetuado o ajuste entre o valor descontado e o efetivamente cobrado.



15 

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 10.1. Em vista da natureza emergencial desta contratação, a **CONTRATADA** terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura deste Instrumento, para prestar garantia contratual em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 10.1.1. Da data da assinatura deste Instrumento, até que a **CONTRATADA** apresente a garantia contratual, conforme as regras abaixo, será de sua exclusiva responsabilidade a reparação decorrente de quaisquer danos causados à **CONTRATANTE**, aos usuários do Sistema e/ou a terceiros, sejam pessoais, patrimoniais e/ou morais, em virtude da execução do objeto deste Contrato, inclusive reclamações trabalhistas propostas por seus empregados ou terceiros a ela vinculados, sendo permitido à **CONTRATANTE**, ainda, compensar respectivos valores da remuneração devida à **CONTRATADA**.
- 10.2. A **CONTRATADA** prestará garantia contratual em qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei Federal 8.666/93, no valor de R\$ 874.034,00 (Oitocentos e setenta e quatro mil e trinta e quatro reais), a fim de assegurar o fiel cumprimento das obrigações constantes do presente Contrato.
- 10.2.1. A garantia ficará retida até o efetivo cumprimento, pela **CONTRATADA**, de suas obrigações previstas neste Contrato, bem como para pagamento de quaisquer pendências e eventuais indenizações e/ou reparações cabíveis.
- 10.3. A **CONTRATADA** deverá manter em vigor a garantia de execução contratual no valor e no prazo contratual aqui estabelecidos, na modalidade apresentada no item anterior, tendo como beneficiário a **CONTRATANTE**.
- 10.4. A **CONTRATADA** deverá manter a integridade da garantia de execução contratual durante toda a vigência deste Contrato, respeitado o valor estabelecido acima, estando obrigada, independentemente de prévia notificação para constituição em mora, a:
- 10.4.1. Repor os valores porventura utilizados para cobertura de quaisquer obrigações de pagamento abrangidas pela garantia de execução contratual no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da efetiva utilização, independente de disputa/discussão judicial ou administrativa, de dolo ou culpa;
- 10.4.2. Responder pela diferença de valores, na hipótese de a garantia não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, podendo ser cobrada por todos os meios legais admitidos; e
- 10.4.3. Submeter à prévia análise da **CONTRATANTE** eventual modificação no conteúdo da carta de fiança ou do seguro-garantia, bem como eventual substituição da garantia por qualquer das modalidades admitidas.
- 10.5. A carta de fiança e/ou a apólice de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, correspondentes ao período de vigência deste Contrato, sendo de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante toda a vigência deste Contrato.



- 10.6. A contratação do seguro-garantia deverá ser feita com seguradora e resseguradora autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, entidade vinculada ao Ministério da Fazenda.
- 10.7. Caso se opte por contratação de fiança bancária, esta deverá: (i.) ser apresentada em sua forma original (não serão aceitas cópias de qualquer espécie), (ii.) ter seu valor expresso em Reais, (iii.) nomear a **CONTRATANTE** como beneficiária, (iv.) ser devidamente assinada pelos administradores da instituição financeira fiadora e (v.) prever a renúncia ao benefício de ordem.
- 10.7.1. As fianças bancárias devem ser contratadas com instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central.
- 10.8. A garantia de execução contratual poderá ser utilizada nos seguintes casos:
- 10.8.1. Nas hipóteses em que a **CONTRATADA** não realizar as obrigações previstas neste Contrato e seus anexos;
- 10.8.2. Nas hipóteses em que a **CONTRATADA** não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma deste Contrato e de regulamentos da **CONTRATANTE**;
- 10.8.3. Nas hipóteses em que a **CONTRATADA** não efetuar, no prazo devido, o pagamento de outras indenizações ou obrigações pecuniárias devidas à **CONTRATANTE** conforme item 6.1.15, em decorrência deste Contrato.
- 10.8.4. Quando houver qualquer mora ou inadimplemento de quaisquer direitos assegurados aos empregados da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

- 11.1. A **CONTRATADA** apresentará, no prazo de até 15 (quinze) dias da assinatura do Contrato, o comprovante de contratação do seguro de responsabilidade civil objetiva nos termos da legislação aplicável, para cada veículo da frota, com as seguintes características:
- 11.1.1. Danos corporais a terceiros não transportados: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 11.1.2. Danos morais a terceiros: R\$100.000,00 (cem mil reais);
- 11.1.3. Danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 11.1.4. Danos morais a passageiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e
- 11.1.5. Danos materiais e corporais a passageiros: 100.000,00 (cem mil reais);
- 11.2. O referido seguro deverá ser mantido durante todo o prazo de execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 12.1. É expressamente vedada a subcontratação.
- 12.2. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

- 13.1. São direitos e obrigações dos usuários:
- 13.1.1. Receber serviço adequado;
 - 13.1.2. Receber da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** informações para a defesa de interesses individuais e coletivos;
 - 13.1.3. Obter e utilizar o serviço, observadas as normas aprovadas pela **CONTRATANTE**;
 - 13.1.4. Levar ao conhecimento do Poder Público **CONTRATANTE** as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes aos serviços, objeto deste Contrato;
 - 13.1.5. Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela **CONTRATADA** na prestação do serviço;
 - 13.1.6. Zelar pelo serviço público que lhe é prestado;
 - 13.1.7. Tratar os funcionários, empregados e prepostos do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** com cortesia e urbanidade, recebendo idêntico tratamento;
 - 13.1.8. Respeitar os direitos dos demais usuários, em especial, as disposições que vedam o fumo nos coletivos e em locais fechados, o uso de aparelhos sonoros individuais e a preferência estabelecida em favor de idosos, gestantes e pessoas com capacidade reduzida de locomoção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL

- 14.1. O valor contratual estimado é de R\$ 87.403.448,00 (Oitenta e sete milhões, quatrocentos e três mil e quatrocentos e quarenta e oito reais).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PRAZO

- 15.1. O prazo deste Contrato é de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 06 de maio de 2018, inclusive, cuja vigência, em caráter emergencial e a título precário, ressalvadas as hipóteses do item seguinte, expirar-se-á em 1º de novembro de 2018.

  18 

- 15.2. Poderá ele, entretanto, ser rescindido antecipada e unilateralmente pela **CONTRATANTE**, em face de interesse público e/ou caso se ultime o respectivo procedimento licitatório, cujos contratos resultantes deverão substituir os atuais contratos emergenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS PÚBLICOS E REVERSÍVEIS

- 16.1. Integram este contrato a garagem pública, como também os equipamentos nela contidos, descritos no “Termo de Transferência de Bens Móveis e Imóveis” a ser firmado pelas partes e os veículos trólebus discriminados no Anexo X – Relação dos Bens Revertidos.
- 16.2. Responsabiliza-se a **CONTRATADA** pela:
- 16.2.1. Manutenção do inventário e registro dos bens públicos e dos bens reversíveis;
 - 16.2.2. Integralidade e zelo dos bens públicos e reversíveis vinculados a este contrato.
 - 16.2.3. Em submeter, previamente, à **CONTRATANTE** a desativação e baixa dos bens públicos vinculados a este contrato.
- 16.3. Para verificação e comprovação do estado de conservação e operacionalização da frota, a São Paulo Transporte S.A – SPTRANS realizará inspeção específica e detalhada dos veículos trólebus, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da assinatura do presente.
- 16.3.1 Os equipamentos, softwares e outros bens materiais ou imateriais vinculados ao Sistema de Transporte deverão sofrer atualização, de modo a permitir a plena continuidade da prestação dos serviços de transporte público.
- 16.4. Ocorrendo a dissolução ou a liquidação da **CONTRATADA**, não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que a **CONTRATANTE** ateste, por meio de auto de vistoria, que os bens encontram-se livres e desembaraçados de ônus ou que se mostre assegurado o pagamento de quantias devidas, ao Poder Público, a título de indenização ou a qualquer outro título.
- 16.5. A **CONTRATADA** não poderá, por qualquer forma, alienar ou onerar os bens públicos e/ou os bens revertidos.
- 16.6. A **CONTRATADA** continuará na posse direta e precária dos bens públicos, utilizando-os exclusivamente na operação dos serviços de transporte público de passageiros e durante a vigência deste contrato.
- 16.7. Em decorrência, será devido aluguel diário pelo uso de 190 veículos trólebus, cujos valores serão descontados da remuneração devida, Conforme Anexo X – Relação dos Bens Revertidos.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO E DEVOLUÇÃO DA GARAGEM PÚBLICA E EQUIPAMENTOS

- 17.1. Integra este Contrato a garagem pública operada pela **CONTRATADA**, bem como os equipamentos nela contidos, a serem descritos em 'Termo de Transferência de Bens Móveis e Imóveis', a ser firmado pelas partes em até 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura deste instrumento.
- 17.1.1. No Termo acima referido constará o estado de cada bem nele relacionado.
- 17.2. Constituem responsabilidades da **CONTRATADA**:
- 17.2.1. Zelar pela integridade dos bens públicos aqui referidos, assim como dos reversíveis, vinculados a este Contrato.
- 17.2.2. Submeter previamente à **CONTRATANTE** a desativação e baixa dos bens públicos vinculados a este Contrato.
- 17.3. A **CONTRATADA** não poderá, por qualquer forma, alienar ou onerar os bens tratados nesta Cláusula.
- 17.4. Na extinção deste instrumento a **CONTRATADA** restituirá, à **CONTRATANTE**, os bens públicos aqui tratados em perfeitas condições de operacionalização, conservação e funcionamento, ressalvado o desgaste natural decorrente de seu uso.
- 17.4.1. Imediatamente antes da devolução dos bens dispostos nesta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá promover a atualização dos equipamentos, softwares e outros bens materiais e imateriais vinculados ao Sistema de Transporte, de modo a permitir a plena continuidade da prestação dos serviços.
- 17.5. Ocorrendo a dissolução ou liquidação da **CONTRATADA**, não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que a **CONTRATANTE** ateste, por meio de auto de vistoria, que os bens aqui versados encontram-se livres de quaisquer ônus ou que se mostre assegurado o pagamento de quantias devidas ao Poder Público a título de indenização ou a qualquer outro título.
- 17.6. Na extinção deste Contrato será realizada vistoria dos bens públicos dispostos nesta Cláusula e lavrado um 'Termo de Devolução de Bens' com a indicação detalhada do estado de conservação de cada um deles.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 18.1. Integram este Contrato como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

Anexo I – Introdução ao Sistema Integrado;
Anexo II – Descrição dos Serviços;
Anexo III – Infraestrutura Básica da Garagem;
Anexo IV – Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos;

  20 

Anexo V – Infraestrutura para Bilhetagem Eletrônica;
Anexo VI – Procedimentos de Avaliação dos Serviços e Índices;
Anexo VII – Bilhetagem Eletrônica (Processo de Arrecadação e Pagamentos), Política Tarifária e Remuneração;
Anexo VIII – Rede de Linhas da Madrugada com Operação Controlada;
Anexo IX – Dispositivo de acesso à internet – Wi-fi; e
Anexo X – Relação dos Bens Revertidos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ANTICORRUPÇÃO – DECRETO MUNICIPAL 56.633/15

19.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS – MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

20.1. A **CONTRATANTE** compromete-se, no prazo de até 90 (noventa) dias, a realizar e a apresentar à **CONTRATADA** estudos conclusivos acerca de eventual desequilíbrio econômico financeiro pleiteado pela **CONTRATADA** em decorrência do Contrato nº 037/17-SMT.GAB, sendo seus eventuais efeitos consolidados em Termo de Aditamento específico.

20.2. Ocorrendo controvérsia relativa ao item acima (20.1), dele oriunda ou a ele associada, **CONTRATANTE** ou **CONTRATADA** poderão suscitar o procedimento amigável de solução de divergência.

20.2.1. **Suscitado o procedimento amigável de solução de divergência, será formado um Comitê de Mediação, integrado por um representante da CONTRATANTE e outro da CONTRATADA, indicados no prazo de 30 (trinta) dias contados da suscitação por qualquer das partes. Os representantes indicados escolherão um terceiro membro do Comitê de Mediação. Não havendo consenso na escolha do terceiro membro, considerar-se-á prejudicado o procedimento de solução amigável de divergências, caso em que poderá ser instaurado o juízo arbitral, nos termos da Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1.996, alterada pela Lei Federal nº 13.129, de 26 de maio de 2015.**

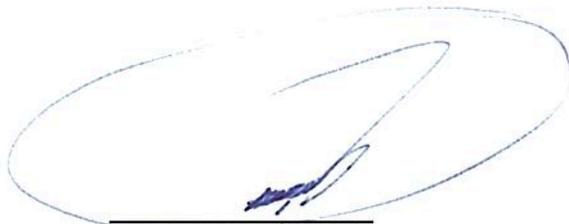
20.2.2. **Os membros do Comitê de Mediação não poderão ter com as partes relação que caracterize casos de impedimento ou suspeição de juiz, nos termos do Código de Processo Civil, e deverão proceder com imparcialidade, independência, competência e discrição, aplicando-se-lhes, no que couber, o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, alterada pela Lei 13.129, de 26 de maio de 2015, que tratam da arbitragem.**



- 20.2.3. O Comitê de Mediação, com base na fundamentação, documentos e estudos apresentados pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, apresentará a proposta de solução conciliatória, que deverá observar os princípios reitores da Administração Pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. A proposta do Comitê de Mediação não será vinculante para as partes, que poderão optar por submeter a controvérsia ao juízo arbitral, a ser instituído nos termos da legislação aplicável (Lei Federal nº 9.307/96, alterada pela Lei Federal nº 13.129/15).
- 20.2.4. Caso aceita, pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a solução proposta pelo Comitê de Mediação, se for o caso, será incorporada ao Contrato mediante assinatura de termo aditivo.
- 20.3. Se necessário, as partes elegerão, oportunamente e de comum acordo, o órgão arbitral ou entidade especializada que se incumbirá da arbitragem, sendo que os custos decorrentes serão suportados pela CONTRATADA.
- 20.4. Os valores dos alugueis devidos pela CONTRATADA a partir de 13 de dezembro de 2017 e ainda não saldados serão descontados de sua remuneração, de acordo com critérios a serem definidos pela CONTRATANTE, após os estudos mencionados nesta Cláusula e após sua revisão, nos moldes do Anexo X deste Contrato e, ocorrendo divergência, serão observados os procedimentos pactuados nos itens 20.2 e seguintes deste contrato.

A CONTRATADA, por seus representantes legais, concorda expressamente com a instituição das disposições contidas, em negrito, nesta Cláusula, que dizem respeito à **MEDIAÇÃO** e à **ARBITRAGEM**, em atendimento ao que dispõe o § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 9.307/96, alterada pela Lei Federal nº 13.129/15.

Pela CONTRATADA



EDUARDO CIOLA
CPF nº 030.083.948-09
RG nº 9.559.833-9



JOSÉ EDUARDO CALDAS GONÇALVES
CPF nº 042.420.458-40
RG nº 12.693.255



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. As partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo – Varas Privativas da Fazenda Pública para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E por estarem justas e acordadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato Emergencial, elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

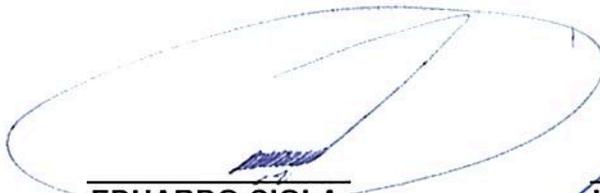
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT
“CONTRATANTE”**



JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO
Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes



**AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S.A.
“CONTRATADA”**



EDUARDO CIOLA
CPF nº 030.083.948-09
RG nº 9.559.833-9



JOSE EDUARDO CALDAS GONÇALVES
CPF nº 042.420.458-40
RG nº 12.693.255